

O “brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal

Igor José de Renó Machado

Este artigo pretende analisar a figura do “brasileiro de torna-viagens”, o imigrante português que retornou a Portugal durante o século XIX e começo do século XX. Focalizo principalmente o século XIX, período crucial para a formação das representações cruzadas atualmente reelaboradas. Muitos desses imigrantes retornaram a Portugal levando consigo às vezes riquezas, às vezes sotaques, às vezes sofrimentos. Nesse vai-e-vem de pessoas, mercadorias e idéias, estabeleceram-se embates, representações cruzadas, preconceitos e radicalismos. Os imigrantes que retornaram à pátria foram complexamente relacionados com a construção de uma imagem sobre o Brasil, e, portanto, o seu papel social é fundamental para que se entenda uma das variáveis na relação densa de representações portuguesas sobre o Brasil. Pretendo expor algumas determinantes desse campo que chamo de “representações cruzadas” entre Brasil e Portugal a partir da figura do “torna-viagens”.

Nota: Igor José de Renó Machado é professor da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador associado ao Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da Unicamp.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 35, janeiro-junho de 2005, p. 47-67.

Os brasileiros de torna-viagens, conhecidos em Portugal simplesmente como “brasileiros”, são parte fundamental da história da emigração portuguesa. Foram eles os emigrantes que retornaram à pátria após algum tempo no Brasil e que, a partir do século XIX, passaram a fazer parte do universo simbólico português. Sobre eles foram criadas caricaturas mordazes, principalmente pelos literatos, entre os quais o mais famoso foi Camilo Castelo Branco. Nos livros em que se escreveu sobre a questão – os de Júlio Dinis, Mendes Leal, Sá de Albuquerque, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Aquilino de Almeida e Eça de Queirós, entre outros – fixou-se a imagem do regressado rico e também muito estúpido, ganancioso, usurário e faminto por comendas e nobilitação. Era o novo-rico alardeador, de costumes exóticos, com sotaque e roupas diferentes.

A imagem do torna-viagens bruto, selvagem e rico está ligada a uma concepção do Brasil como a “árvore das patacas”, lugar de infinita riqueza e potencialidades alvoroçantes. Imagem de um país selvagem, tão bruto quanto os torna-viagens, mas, de certa forma, o paraíso da ascensão social. Por outro lado, alguns romancistas contestaram essa representação cruel do brasileiro de torna-viagens, dando ênfase ou à prodigalidade empreendedora ou ao “inferno” que o sonho da emigração poderia vir a ser. Autores como Luís de Magalhães, Gomes do Amorim, Ferreira de Castro e Magalhães Basto mostraram o outro lado do brasileiro de torna-viagens: aquele que retornou tão pobre quanto partiu e, ainda por cima, carcomido pelas doenças tropicais. Os romances sobre o falhanço da emigração enfatizam o Brasil como um inferno, um lugar de danação e desesperança, em oposição à tão sonhada árvore das patacas. Entretanto, seja como paraíso, seja como inferno, prevalece a imagem de um Brasil agreste, selvagem, perto demais da natureza.

O fluxo de emigração portuguesa para o Brasil, constante desde o século XVII e cujo ápice se localiza entre o fim do século XIX e começo do século XX, tem importância fundamental para a história dos dois países e para os objetivos deste artigo. É necessária uma análise mais cuidadosa desse fluxo de emigração para o Brasil, do retorno de brasileiros de torna-viagens a Portugal, e das imagens que se construíram no Brasil sobre os imigrantes e, em Portugal, sobre os regressados. Se não bastasse a importância política e econômica dos torna-viagens, teríamos uma série de justificativas e demandas de análise na recente revalorização do papel do brasileiro de torna-viagens na cena cultural portuguesa. Vale dizer que, no contexto das longas comemorações portuguesas de seus descobrimentos, montou-se uma enorme exposição intitulada *Os Brasileiros de Torna-Viagens*, no prédio da Alfândega, no Porto. Podemos vê-la como a valorização definitiva da imagem desse “brasileiro”, em oposição à imagem estereotipada do romantismo português, e devemos perguntar o porquê desse interesse.

A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) montou a exposição justamente em abril de 2000, ano da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, como forma de homenagear a ex-colônia. Sintomática e exemplar na leitura dos 500 anos em Portugal, a exposição buscava exaltar os emigrantes portugueses, apresentando-os como construtores do Brasil: por um lado, eles teriam continuado as ações dos descobridores e, por outro, teriam se tornado empreendedores, em Portugal, com o dinheiro ganho no Brasil. Seguindo a estratégia da lusofonia (Margarido, 2000), a escolha da reabilitação do brasileiro de torna-viagens cumpre também um papel ideológico de engrandecimento da alma portuguesa e de reconstrução de um império agora em termos culturais, já que se foram as colônias. Algo que fora uma mácula vergonhosa no passado, a “sangria” de emigrantes para o Brasil, passou a ser valorizado como um dos momentos de grandeza do espírito português.

A historiografia portuguesa recente sobre os brasileiros de torna-viagens não foge desse caráter jubiloso. A apropriação do trabalho desses historiadores feita pela CNCDP também segue a tendência de revalorização, o que provavelmente é um dos motivos pelos quais foi retirado da direção da exposição Jorge Fernandes Alves, responsável pelo único trabalho de fôlego – e crítico – sobre a migração de retorno (Alves, 1994), no qual me basearei para a análise desses personagens. Além desse trabalho relevante, temos mais duas coletâneas de textos sobre os torna-viagens, uma organizada pelo próprio Alves (1998) e outra resultante da exposição acima citada (Portugal, 2000). Essas duas coletâneas contêm cerca de 30 textos¹ que fornecem um bom panorama da presença dos brasileiros de torna-viagens, embora não se detenham na imagem que deles se construiu em Portugal, no afã de reabilitá-los. Para uma circunscrição dessa imagem que muito interessa aos objetivos deste artigo, recorro a dois livros que tratam das imagens construídas pelos literatos (Vieira, 1991; Cabral, 1985). Para o lado brasileiro dessa equação, são importantes os trabalhos de alguns historiadores que se detiveram especificamente nas imagens sobre portugueses e Portugal no século XIX, como é o caso de Alencastro (1986, 1988 e 1992) e Ribeiro (1994, 1995, 1997, 2000 e 2002).

Os brasileiros e a árvore das patacas

Jorge Alves (1994: 35-36) cita Alexandre Herculano para definir o brasileiro de torna-viagens:

A designação de “brasileiro” adquiriu para nós significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a

primeira idéia, talvez, que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico.

Para Luis Alberto Alves (2000), o Brasil era o espaço mais fértil para o imaginário português no século XIX e início do século XX, e parte da responsabilidade de construção dessa imagem se deve ao personagem do “brasileiro”. Como o Brasil era uma presença constante e de importância econômica fundamental, a dimensão do personagem segue os passos de sua significação na vida portuguesa daquele tempo. É por isso tão reproduzido em crônicas e romances portugueses.

Esse “brasileiro” era predominantemente do norte de Portugal. As grandes emigrações nos séculos XVII e XVIII não contam com estimativas seguras, e Godinho (apud Serrão, 1982) aventura-se a afirmar o número de dois mil partidos anuais no final do século XVII e algo entre oito e dez mil partidos anuais no século XVIII, tendo como alvo principal as Minas Gerais, pelo que os emigrantes ficaram conhecidos, no retorno, como “mineiros”. Em 1764, já se encontram registros de “brasileiros” e de outros, “ausentes no Brasil”, seguindo a debandada para as Minas. Entretanto, a riqueza das Minas ficou restrita a pequenos círculos, e a maioria dos emigrantes não se beneficiou dela. De qualquer forma, boa parte da emigração tornou-se definitiva, montando uma cadeia de contatos que ativou o grande movimento de emigração do século XIX.² O ouro estimulou o comércio, principalmente no litoral e, nesse processo, cresceu uma burguesia comercial, eminentemente portuguesa, que dominou as redes de emigração. O Porto, desde então, passou a ser o centro do lucrativo comércio com o Brasil, desenvolvendo um intenso quadro comercial que sofreu o golpe de 1808, quando caíram o monopólio português do comércio brasileiro e a proibição das fábricas no Brasil (que vigorava desde 1785, com poucas exceções).

Os fluxos de emigração obedeciam às estratégias familiares e à distribuição fundiária portuguesa. Dada a vontade de manutenção das propriedades fundiárias, era norma privilegiar um herdeiro para assumi-la integralmente. Aos demais filhos, estimulava-se a vida eclesiástica ou a emigração para o Brasil, como parte de um investimento que poderia trazer dividendos vultosos num futuro relativamente não muito distante. Tornou-se comum o envio de caixeiros, ativando redes de parentesco e relações íntimas, conseguindo cartas de recomendação para os filhos. Mas o envio de caixeiros envolvia um investimento considerável para a época, pois exigia que o candidato tivesse alguma preparação escolar – isto é, deveria alfabetizar-se e aprender as quatro

operações –, além de implicar o alto preço da passagem. A emigração, nessa fase inicial do século XIX, era feita por indivíduos que dispunham de posses para pagar tais investimentos.³

Nesse contexto, o “Brasil [é visto como] espaço a apropriar e preenche de promessas” (Alves, 1994: 90). Inicialmente realizado por emigrantes com certas posses, o modelo de emigração se espalhou pelo norte de Portugal com a gradual apropriação do território brasileiro e a ampliação das teias que ligavam os dois países. Santos (2000) afirma que, ao retornar, o brasileiro de torna-viagens vinha muito mudado tanto nos hábitos quanto nos valores morais. Essa mudança ocorria num Brasil que ficou no imaginário português como lugar paradisíaco, numa representação que persiste ainda hoje. Os brasileiros de torna-viagens ricos alimentaram o imaginário popular com suas botas largas, chapéus de abas fortes e claras, anéis de brilhante e cordões de ouro (Santos, 2000). E foi sobre esse personagem que os literatos tripudiaram e que alguns historiadores tentam hoje construir uma outra visão, em geral desprezando a maioria da migração de retorno, que voltou pobre ou “remediada”.

A partir da metade do século XIX, entretanto, com o incentivo brasileiro à vinda de mão-de-obra europeia para o “branqueamento da raça”, teve início uma migração portuguesa de conotação diferenciada, executada por pessoas sem posses, sem inserção nas redes de comércio e sem a preparação escolar necessária para tanto. Eram os famosos “engajados”, emigrantes a contrato, que assumiam dívidas para poder pagar a passagem e os custos da viagem, dívidas estas que seriam pagas com o trabalho em fazendas no interior do Brasil, principalmente fazendas de café. Esses portugueses substituíam a mão-de-obra escrava.⁴ Embora a emigração mais qualificada continuasse, os emigrantes engajados passaram a ter maior importância numérica. O ciclo migratório português pode ser visto através dos ciclos de expansão econômica no Brasil, dos subsídios do Estado brasileiro ao engajamento e dos movimentos de câmbio. Cada alta do câmbio brasileiro coincidia com subidas no fluxo migratório.

Os números da emigração no Porto são altos, numa taxa, ao longo do século XIX, de cerca de dez emigrantes para cada mil indivíduos. Um dos fatores que estimularam o retorno de emigrantes foi o antilusitanismo brasileiro, que resultou em algumas revoltas populares. Mas, a essa volta corresponde também um alto grau de adaptação e tendência à fixação; além disso, o nascimento de uma segunda geração era fundamental para a permanência no Brasil. Nas décadas de 1830 a 1850, muitos brasileiros de torna-viagens endinheirados voltaram em consequência dos distúrbios antilusitanos, mas a partir da segunda metade do século, diminuídas as turbulências (segundo Alves), o regresso de

emigrantes teve mais relação com as estratégias familiares, não retornando mais tanta gente realmente rica. A maioria voltou na condição de “abrasileirado” (o torna-viagens que volta remediado, mas não rico) e se instalou no Porto e no norte de Portugal, abrindo mercearias, estalagens e hotéis.

Em 1873, o governador civil do Porto estimava em 40% o retorno da emigração, sendo que uma metade retornou pobre, e a outra contava com uma maioria de remediados e poucos ricos. Alves, por sua vez, a partir de um trabalho cuidadoso de reconstituição demográfica – embora com os limites impostos por dados obtidos a partir de projeções, uma vez que não havia controle rígido da emigração –, estipula uma taxa de retorno, para o século XIX, entre 40 e 60%. O retorno cresceu ao longo dos séculos XIX e XX; em 1914, havia mais registros de entrada que de saída. Alves elabora também um número para a remigração, que fica em torno de 7% dos que retornaram.

O engajamento mudou o perfil do emigrante e da emigração, aumentando o número de famílias que emigraram, o reagrupamento familiar e o número de mulheres, além de elevar a idade média do emigrante português. A saída com idade maior dificultava a ascensão através da caixeiragem, que dependia de um tempo significativo de trabalho para gerar os lucros esperados. Outra mudança foi a substituição, nas áreas agrícolas brasileiras, dos imigrantes portugueses, que passaram a integrar o proletariado urbano. Aumentou também o analfabetismo, que até a década de 1850 era relativamente menor entre esses imigrantes do que na população como um todo.

Em Portugal generalizou-se a imagem de que o emigrante engajado era um escravo branco, em parte por causa das políticas de restrição e dos esclarecimentos feitos pelo governo português, que informava sobre as duras realidades a que estavam submetidos os engajados, como a trapaça nos contratos, a mortalidade elevada e as más condições de transporte e de trabalho. Mesmo assim, a emigração continuou crescendo durante o século XIX e atingiu números altíssimos na década de 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro no Brasil. Os exageros cometidos pelos engajadores foram típicos de quem, acostumado a lidar com a venda de escravos, acabara de sair do tráfico negreiro e passara a transportar emigrantes, como afirma Alencastro (1988). Esse transporte foi responsável por um novo impulso à indústria de veleiros portuense, que, através da Associação Comercial do Porto – da qual faziam parte vários brasileiros de torna-viagens –, pressionava o governo a abrandar as restrições ao engajamento.

A imagem que se formou em Portugal, na seqüência desses eventos, é a de uma “sangria” de gente para o Brasil, como se este país estivesse roubando uma parte vital do corpo português, numa metáfora bem ao gosto positivista. Ora, que representação se formou então sobre o Brasil? O Brasil era o país para

onde Portugal sangrava, para onde contratadores portugueses inescrupulosos atraíam mão-de-obra, para ser escravizada. A imagem do Brasil, ao menos para o governo português, só poderia ser negativa. Mas, popularmente, ao contrário, a representação que propulsionou essa emigração foi a da “árvore das patacas”, a do eldorado, estimulada em muito pelo regressado rico,⁵ já presente de forma relevante desde o começo do século. Os “brasileiros” ricos foram, em grande parte, responsáveis pelos investimentos no norte de Portugal, trazendo, segundo L. Alves (2000), uma nova mentalidade, um sentido filantrópico e o apoio à educação, num desejo de se mostrar e evidenciar a sua presença, o que podemos notar muito bem quando analisamos arquitetonicamente as construções feitas com o dinheiro dos torna-viagens. O que poucos analistas se preocupam em mencionar é qual era, de fato, a origem das riquezas desses “brasileiros” ricos.

Apenas Alves (1994) menciona o fato de que muitos estavam envolvidos com o tráfico de escravos, como o famoso Conde de Ferreira, que voltou para Portugal na sequência da lei de proibição do tráfico de 1831. O fato é que não combina com a reabilitação dos grandes empreendedores e beneméritos, promovida pela CNCDP, a menção à forma de enriquecimento de alguns dos emigrantes no Brasil. Na maioria dos textos, o Brasil aparece de fato como a “árvore das patacas”, pois a história contada de um ponto de vista português se preocupa apenas com o emigrante em solo português, antes de sair e depois de voltar.

A exposição montada em abril de 2000 no Porto retratava essa concepção da emigração, e os seus seis núcleos foram assim divididos: 1) Cruzar o mar, cumprir o sonho; 2) Entre Portugal e o Brasil: ficções e realidades; 3) Casas de brasileiros; 4) Os brasileiros e a instrução popular; 5) Os brasileiros empresários e investidores, e 6) Piedade e bem-fazer: ajudar em vida e preparar a morte. Nessa divisão, o segundo núcleo deveria falar algo sobre o Brasil, mas trata apenas da literatura produzida por autores portugueses sobre a ex-colônia, não discutindo a trajetória dos emigrantes no país de recepção. Se o Brasil tem menor importância para a reflexão, embora sirva como um rito de passagem que transforma alguns em brasileiros de torna-viagens e outros em fracassados ou abraçileirados, é porque o foco está na reabilitação, e não na análise sistemática de um fenômeno que envolve os dois lados do Atlântico.

De todo o conjunto de textos, apenas um trata dos conflitos anti-lusitanos no Brasil (Vaquinhas, 1998), revelando que a maioria dos autores está presa pelo próprio estereótipo, não do brasileiro de torna-viagens, mas do Brasil como “árvore das patacas”, sendo natural para quase todos que o emigrante enriquecesse rapidamente em alguns casos e remediavelmente em outros. O percurso desses emigrantes no Brasil não interessa, pois se espera apenas que voltem

ricos para continuar a história – espera-se a colheita na árvore das patacas, não importando a forma como isso se deu. O Brasil, assim, é representado como um espaço não concreto de transição social, como um ritual de passagem que acontece segundo uma ótica competitiva, ou seja, apenas alguns serão transformados em brasileiros de torna-viagens. Ora, esse é o modo como se pensava no século XIX, e é o modo que se deve questionar. E para isso é preciso encarar o mito da “árvore das patacas”.

Algumas análises sobre o mito do brasileiro de torna-viagens (Sá, 2000; Alves, 1994) afirmam que ele foi criado para atenuar as pressões injustas da distribuição de terra, e para dar alívio aos que ficaram e esperanças aos que partiram. Assim, o fato de alguns voltarem ricos, naturalmente, reforçaria esse mito. Ora, o mito aparece aí como “razão prática”, o que é anacrônico. Só pode ser o exemplo real que alimenta uma imagem de riqueza dos emigrantes, reforçado pelas injustiças na questão da distribuição de terras, e não o contrário. Os sujeitos e suas ações fornecem o material para a construção de uma imagem, que era uma possibilidade real, dado o controle português das rotas e praças de comércio no Brasil. O horizonte mítico funciona como produtor da decisão de emigrar, apoiada na realidade de exemplos de sucesso, ou seja, o brasileiro de torna-viagens pode ser visto também como causa da emigração.

O grande número de “fracassados” que retornaram, isto é, de pobres, ficou oculto devido à tendência natural desses torna-viagens a se esconder da família para não evidenciar o falhanço. Os que voltaram “remediados” foram os que trouxeram capital suficiente para montar um negócio nas vilas de origem, reformar a casa ou investir na propriedade da família. Estes, segundo Alves (1994: 258), representavam a maioria dos torna-viagens, que traziam também “o exótico fato branco, incompatível com os hábitos do campo”. Eram conhecidos como “abrasileirados” que, além de não trazerem muito dinheiro, não tinham ficado muito tempo no Brasil. Em geral, os que retornavam ricos passavam cerca de 20 anos na emigração para juntar um capital que os fizesse influentes no regresso. A idade média de retorno era de 42 anos.

Ora, a presença de abrasileirados configura que a categoria “brasileiro de torna-viagens” não é relativa apenas à passagem pelo Brasil, mas tem como um dos sinais diacríticos fundamentais a riqueza adquirida. Era brasileiro de torna-viagens aquele que tinha adquirido para si parte da riqueza imaginária que se atribuía ao Brasil, que havia colhido da “árvore das patacas”. Tornava-se “brasileiro” aquele que partilhava da substância que define no imaginário as características do Brasil: a riqueza, o exotismo e, de certa forma, a brutalidade selvagem. Trata-se de um estatuto financeiro-geográfico. Daí a discriminação contra os que voltavam pobres, que não eram considerados “brasileiros”.

O torna-viagens e a relação comercial Porto-Brasil

Qual o papel social dos “brasileiros”? Essa pergunta é respondida por Alves (1994), ao citar um texto bastante relevante de Ricardo Jorge:

O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. Personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguesaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo, bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predileta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o brasão da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerência dadivosa.

Se essa definição era válida, também era relevante o regresso do “conservantismo”, aquele que não incidia sobre a modernização da economia ou da sociedade portuguesa.

E, se os percursos eram variados, o fato é que o comércio do Porto era dependente do câmbio brasileiro, já que as remessas constituíam o “principal sustentáculo de equilíbrio econômico nacional, nomeadamente da balança de pagamentos” (Alves, 1994: 247). Podemos imaginar que imagem do Brasil foi se modelando: árvore das patacas e vértice da economia portuense, que dependia tanto das remessas quanto do comércio binacional, fundado nas relações de parentesco solidamente estabelecidas. A presença dos torna-viagens se fez sentir na paisagem do norte de Portugal, com as famosas “casas de brasileiros”, palacetes que se destacavam pela grandeza e pela novidade de materiais e detalhes exóticos. Esse modelo arquitetônico privilegiava a funcionalidade e a higiene, com água encanada, separação entre casa e estábulo, arejamento com janelas, clareza com o uso dos vidros, materiais pouco utilizados até então. No campo, construíram casas arquitetonicamente urbanas, misturadas com “concepções tropicais” (Alves, 1994: 292).

Os detalhes exóticos ficavam por conta das cores utilizadas nos azulejos exteriores, como o verde e o amarelo, nos trabalhos em ferro dos portais de entrada e sacadas, nos jardins tropicalizados, com sua indefectível palmeira como ornamento central – algumas delas ainda distinguindo o que foi uma “casa de brasileiro”.⁶ Segundo Monteiro (2000), a construção de casas urbanas no campo foi vista como uma decisão exótica e surpreendente, desajustada ao espaço rural, e foi cruelmente interpretada por alguns literatos. Outra marca deixada pelos brasileiros de torna-viagens abastados na paisagem portuense foram os mausoléus nos cemitérios, representativos da capacidade financeira dos novos grupos sociais, numa busca de legitimação e status (Catroga, 2000).

Em termos econômicos, os brasileiros de torna-viagens se aproveitaram da legislação favorável às sociedades anônimas de 22 de junho de 1867, que atraiu os capitais “brasileiros”, antes investidos principalmente em títulos da dívida pública, seja brasileira, portuguesa ou de outros países da Europa. Com a nova lei, surgiu um campo maior de aplicação do capital, ao qual correspondeu um surto bancário na década de 1870. Ora, junto a essa atividade, a usura foi prática muito comum e passou a integrar as caricaturas literárias. Em Portugal, as remessas do Brasil eram fundamentais também para o crescimento bancário. Mas, principalmente, o que importava não era somente o dinheiro, e sim a experiência de negócios adquirida no Brasil.

Leite (2000) e Alves (1994) afirmam que o comércio entre Brasil e Portugal decresceu e enfraqueceu ao longo do século XIX.⁷ O intenso quadro comercial sofreu o golpe do fim do monopólio do comércio com a principal colônia em 1808, quando a Inglaterra invadiu o mercado brasileiro de forma a desalojar sistematicamente as manufaturas portuguesas. Leite afirma que até a Primeira Guerra Mundial o Brasil ainda era o segundo destino das exportações portuguesas, mas Portugal não era tão importante para o Brasil. No século XIX, disputas entre os dois países prejudicaram diretamente os comerciantes com interesses nos dois lados do Atlântico. Em 1837, Portugal taxou a exportação de aguardente e arroz brasileiros. Em resposta, o Brasil taxou em 50% todos os bens portugueses que deram entrada no Brasil em 1839. Essa disputa mobilizou a classe mercantil com interesses nesse comércio (tanto os portugueses no Brasil quanto os “brasileiros” no Porto), a qual tentou derrubar as tarifas – o que aconteceu após a revolução cabralista de 1842. Entre 1800 e 1830, o comércio efetuado com o Brasil decaiu de 4/5, segundo Bonifácio (apud Alves, 1994: 53). Mas foi em Lisboa onde mais se sofreu, pois o Porto, depois da queda de metade do volume de comércio até 1820, conseguiu recuperar o nível de comércio do começo do século.

Foi a Associação Comercial do Porto, composta de muitos brasileiros de torna-viagens⁸ com firmes interesses no Brasil, que defendeu a criação de um tratado que atendesse aos seus interesses no triângulo Brasil-Porto-Inglaterra. Muitos desses comerciantes eram importadores de “bens coloniais”, como café, aguardente, chá e açúcar, além de exportadores de vinho português. As restrições sobre a imigração também eram prejudiciais aos brasileiros de torna-viagens, que investiam na compra de brigues para transporte de carga e pessoas. Aliás, foi o transporte de pessoas que sustentou os rendimentos dos comerciantes interessados no tráfico luso-brasileiro, o que se pode notar com a crise causada pela chegada do vapor – que era dominado por ingleses – na metade do século, e com o porto de Lisboa desbancando o da Foz do Douro, na cidade do Porto. Pode-se dizer que essa burguesia “abrasileirada”, que tanta importância teve

para o pensamento social português do século XIX, sustentava-se mais na circulação de pessoas do que em postos robustos de troca comercial. Ao longo do século XIX, a principal mercadoria portuguesa passou a ser o vinho. Restou aos comerciantes com interesse nos dois países focar a atenção na emigração, como instrumento de acumulação de riquezas, com a navegação e o controle do comércio no Brasil. Como diz Alves (1994: 63):

Surgia, assim, a emigração a substituir o vazio criado pelo decréscimo comercial, num quadro em que as invisíveis correntes e as encomendas familiares se tornavam decisivos para a manutenção dos veleiros do Porto. A emigração assumia ainda o papel de manter o mercado brasileiro em situação residual, pois os produtos da nossa indústria e agricultura, pouco motivadores, não conseguiam conquistá-lo.

Ora, com a conquista do mercado do navio a vapor pelos ingleses, até essa fonte secou. E o Porto, em função do poderio inglês, não conseguiu se beneficiar da onda de emigração nem para construir uma marinha mercante eficaz, nem para penetrar mais nas redes de comércio no Brasil.⁹ Mas a cidade foi o pólo de refluxo de capitais amealhados na exploração feroz do mercado brasileiro pelos emigrantes. Esses capitais causaram uma dependência extrema, já que não se transformavam em produção e desenvolvimento, mas apenas em capital de especulação, o que explica o grande número de bancos fundados no Porto na segunda metade do século XIX. Assim, a burguesia de brasileiros de torna-viagens, pequena em número, foi fundamental para a economia portuense do século XIX e também importante na construção de uma economia “parasitária”, sempre dependente do que vinha do outro lado do Atlântico. Essas famílias estenderam-se pelos dois lados do oceano, mas a volta dos endinheirados e a diminuição paulatina do comércio ao longo do século certamente foram rompendo a ligação com o Brasil, que viria a ser reativada pelos novos emigrantes, os realmente pobres.¹⁰

Torna-viagens e filantropia

Um dos fatores que mais marcaram a biografia dos brasileiros de torna-viagens foi a ação filantrópica, pois parte do equipamento de assistência social do século XIX foi criado pelos torna-viagens que, na hora da morte, contribuíam largamente para essas instituições (Alves, 1994: 315). Se Alves defende que essas ações não combinam com as imagens de avareza usuais, também não deixa de afirmar que havia insinuações de “lavagem” de riquezas acumuladas por meios

ilícitos, principalmente o tráfico negreiro. Por outro lado, a ação caridosa constituía um meio para se conseguir reconhecimento pessoal e nobilitação. Um exemplo das ações filantrópicas é o apoio às Misericórdias, nas quais os “brasileiros” investiam desde o tempo em que viviam no Brasil para em seguida, após a volta, assumir cargos de direção. As Misericórdias também foram criadas no Brasil, com enorme sucesso entre as populações imigradas; sempre seguiram o preceito de não ajudar quem não fosse português (Sousa, 2000), reforçando as estruturas de dominação entre imigrados ao centralizar a caridade nos grandes líderes locais.

Como demonstra Sá (2000), os membros das ordens em Portugal eram nobres, enquanto no Brasil eram os portugueses emigrados e não-nobres que na terra natal não teriam direito de participação. No século XIX, esses emigrados retornavam, nobilitavam-se e adquiriam comendas em virtude dessa ação caridosa. Era, de fato, uma estratégia de consolidação da ascensão social. Silva (2000) argumenta que havia uma ligação generosa dos brasileiros de torna-viagens com as Irmandades e Ordens Terceiras do Porto. A Santa Casa da Misericórdia do Porto, por exemplo, foi o principal alvo das doações dos “brasileiros” (Peixoto, 2000).¹¹ Dos nove maiores doadores dos séculos XIX e XX, sete eram “brasileiros”. Esse tipo de investimento significava perpetuar a memória dos doadores, que tiveram seus nomes associados a hospitais, asilos e orfanatos. Se a ação dos grandes doadores ficou registrada na história, a religiosidade dos pobres regressados deixou pouquíssimos resquícios, entre eles os quadros de ex-votos por graças atendidas, como registra Araújo (2000).

Os doadores de somas volumosas também investiram na construção de escolas primárias pelo interior do norte de Portugal. Felqueiras (2000) afirma que os “brasileiros” tiveram participação ativa na construção do parque escolar público no norte de Portugal. Alves (1994) demonstra como vários “brasileiros” doaram dinheiro para a construção de escolas, sendo o mais famoso deles o Barão de Ferreira, que deixou instruções no seu testamento para que se construíssem 120 escolas primárias. Alves (2000: 54) afirma que o exemplo do Barão de Ferreira

assume um cariz sintetizador por vários motivos. Primeiro porque retrata o *brasileiro* típico de finais de oitocentos e das primeiras décadas do século XX que, longe de pertencer aos números do analfabetismo com que sempre procuraram erradamente pintar os nossos emigrantes, vê na instrução um papel essencial para aproximar o país dos padrões de cultura e civilização que ele já pôde constatar em muitas outras nações que teve oportunidade de visitar.

Tal afirmação incorre em vários problemas, pois o Barão de Ferreira (o *mais rico* de todos os torna-viagens) não pode ser visto como “típico” da emigração portuguesa. Alves (1994) demonstra que apenas poucos voltavam realmente ricos, sendo a maioria composta de remediados e fracassados. Se Jorge Alves afirma que o grau de alfabetização dos emigrantes era maior que o da população portuguesa, isto vale somente para os emigrantes livres que partiam com uma certa estrutura, e não para os engajados, que eram tão alfabetizados como a média da população portuguesa – ou seja, pouquíssimos sabiam ler escrever. Foram poucos os que voltaram ricos e muitos os que partiram analfabetos, e a ajuda de alguns na construção de escolas não muda essa situação, mas deixa evidente a intenção de reabilitação acrítica de uma figura histórica.

Por outro lado, o sujeito indeterminado do texto de Alves (2000) acima citado – “aos números do analfabetismo com que sempre procuraram erradamente pintar os nossos emigrantes” – parece ser uma referência velada à sociedade brasileira contemporânea, com seus estereótipos sobre o português burro. Mas trata-se de um engano, pois este último preconceito nada tem a ver com a ação dos brasileiros de torna-viagens em Portugal, e sim foi e é fruto da sua ação no Brasil. Querer derivar o preconceito brasileiro do preconceito português sobre os torna-viagens é ignorar os motivos que de fato permitiram o desenvolvimento de um preconceito no Brasil. Tratemos desta questão a partir de agora.

O “medo de nacionalização” do comércio brasileiro, por parte dos comerciantes portugueses aqui instalados, impediu o acesso de brasileiros a esse mercado de trabalho. Assim, se acentuou no Brasil “o papel de ‘bode expiatório’ para o português (...), personificador de males sociais” (Alves, 1994: 348). Nessa citação, Alves toca em algo a que os demais historiadores dos torna-viagens, principalmente os da versão ufanista da CNCDP, não aludem: o fato de que a mesma emigração que, no retorno, criou imagens estereotipadas em Portugal criou imagens paralelas no Brasil, devido ao controle do comércio no período colonial e depois da independência do Brasil. Como afirma Alencastro (1988: 34),

vários autores salientam que os portugueses aparecem como os principais alvos da hostilidade popular durante os períodos de crise econômica, em razão de sua presença maciça no comércio de varejo. Mas há outro motivo mais importante da lusofobia brasileira. A extensão da rede comercial portuguesa privava as classes médias brasileiras (...) do acesso a uma parcela dos raros empregos disponíveis em meio urbano.

O domínio implacável de um mercado de trabalho tão importante produziu reflexos nas imagens que se criaram no Brasil sobre esses imigrantes e que, posteriormente, foram reelaboradas com a presença dos engajados.

Ou seja, os estereótipos produzidos em Portugal sobre os brasileiros de torna-viagens não foram muito diferentes dos que se criaram no Brasil sobre a mesma população. As acusações de enriquecimento ilícito e desonesto tinham íntima relação com o uso da fatia de mercado que eles dominavam no Brasil, o que não deve ser simplesmente negado. Mesmo porque, em termos simbólicos, não importa realmente a veracidade das imagens, e sim a sua força. E, hoje em dia, as representações sobre os “brasileiros” incluem ou reelaboram essas características de desonestidade, ignorância e não-confiabilidade. Vejamos, antes, como se construiu essa imagem do brasileiro de torna-viagens através da literatura portuguesa.

Imagens de brasileiros e do Brasil

Em relação à imagem do “brasileiro”, é comum culpar Camilo Castelo Branco pela criação do estereótipo (Alves, 1994; Pereira, 2000b), o que, a meu ver, consiste em produzir um outro injustiçado. Ora, se é verdade que Camilo apregoou aos sete ventos o estereótipo dos brasileiros de torna-viagens, não é menos verdade que ele não os inventou, o que comprova que já havia uma imagem socialmente compartilhada desses personagens. Interessante mencionar que Castelo Branco descreve, no romance *A neta do Arcediogo*, uma mulata brasileira sensual e depravada que, em Portugal, deu à luz o vilão da história. Escrito em 1856, esse romance espelha uma visão já então corrente sobre o Brasil e as brasileiras. Mas Camilo não pára por aí e passa, no romance *A corja*, a usar a palavra Brasil como adjetivo negativo em si. A maneira de falar é “brasilinizada”,¹² os homens são cheios de brasilismos, e qualquer coisa, quando brasilianizado, significa conduta desonesta e pérfida. Como afirma Vieira (1991: 87), “este exemplo deixa-nos perante a imagem mais generalizada do Brasil nos romances portugueses dos fins do século XIX: um país sensual, onde a existência libertina é comum a todos”.

Camilo Castelo Branco tinha uma rivalidade pessoal com um “brasileiro”, Manuel Pinheiro Alves, marido de Ana Plácido, uma paixão que foi literalmente fatal. Devido a essa paixão, Camilo foi levado à prisão por Pinheiro Alves e depois veio a se suicidar. Em função disso, caricaturou os “brasileiros” em seus romances com uma imagem que permanece até os dias de hoje. Encontramos essa imagem estereotipada na obra de diversos romancistas, e Camilo Castelo Branco, por ser um dos mais talentosos, foi responsabilizado pela propagação do estereótipo. E aqui devemos fazer ressalvas: é projeto da CNCDP reabilitar os brasileiros de torna-viagens, e isso segue a estratégia de desvalorizar os relatos de época que indicavam o comportamento desses torna-viagens, denunciando-os como puro revanchismo isolado. O que nos interessa aqui é a con-

firmiação dos estereótipos como “coisa pública” não restrita aos literatos, e não verificar a relação deles com a realidade dos fatos. Os estereótipos são falsos conhecimentos, que sempre reduzem a multiplicidade de uma sociedade a poucas características, mas também têm uma efetividade real, criando e reproduzindo essas mesmas características num processo circular.

Alves (2000: 43) afirma que “a figura do *brasileiro*” vai assumir uma identidade que reproduz, no seu conjunto, uma imagem fidedigna do seu espaço na sociedade e na economia da época”. Sob vários aspectos, os “brasileiros” aparecem nas crônicas e romances, como nos de Júlio Dinis, onde são retratados três tipos – o rentista, que vive de juros e rendas, o empresário bem-sucedido e, por fim, o fracassado. Vieira (1991) afirma que, com exceção de Almeida Garret, o Brasil era de pouco interesse para os intelectuais portugueses do século XIX. A imagem que predominava era a do torna-viagens, e em torno dessa figura algumas imagens sobre o Brasil eram formuladas.

Mesmo na obra de Garret, que dedicou duas novelas inacabadas ao Brasil (*Komurahy* e *Helena*), o Brasil apareceu como um cenário rousseauiano, cuja inocência selvagem esteve prestes a ser depravada pela colonização portuguesa. Os tons de exotismo predominam de forma racializada nas figuras do negro e do índio brasileiro. Garret, assim como outros autores, usa como estratégia a ridicularização da fala abrasileirada, que aparece como sinal de selvageria. As falas de brasileiros aparecem escritas segundo a percepção dos autores. Garret, transcrevendo uma fala do negro Spiridião, na novela *Helena*, permite-nos notar isso: “Na carta diz, si fá favô di lê. E eu pede licença a Gênerá para lembrar êri que fassi tâde, pa não chegá muito di noite; rio tem pouca água” (apud Vieira, 1991: 83). A mesma estratégia é seguida por Ferreira de Castro (1958 [1930]: 116), ao dar voz a uma personagem brasileira: “É que eu queria i cum vancê. Na terra qui a gente num conhece, quanto mais home fô, mió”.

A importância do sotaque como indicativo do baixo índice de civilidade do brasileiro era uma constante na representação portuguesa sobre o Brasil. Mas a inclusão dessa imagem na obra de Garret, como afirma Vieira (1991: 84), reflete a forma como o Brasil aparecia aos olhos dos portugueses. Juntamente à imagem exótica do Brasil, Garret denunciava, nesse romance inacabado de 1853, *Helena*, a imagem do português que no Brasil já era consolidada: um ávido explorador que sugava e corrompia a terra e retornava ao país de origem sem deixar nada para o lugar que possibilitou o enriquecimento. Essa imagem é fundamental para entendermos o antilusitanismo que marcou várias revoltas no Brasil no século XIX. Tal sentimento era caracterizado pelo desejo de nacionalização do comércio a varejo, completamente dominado pelos portugueses, mesmo depois da independência.

Comentários finais

Analisei aqui, rapidamente, a figura do brasileiro de torna-viagens, personagem de grande destaque na segunda metade do século XIX em Portugal. Procurei demonstrar como as imagens que se formaram em Portugal sobre os brasileiros de torna-viagens – considerados pessoas avaras, brutas, ignorantes e ricas – e sobre o Brasil – visto como a “árvore das patacas” – são importantes para a construção de um imaginário sobre o Brasil e os brasileiros. A imagem do Brasil como um lugar de realização das aspirações de grande parte da população portuguesa foi um dos motores da grande emigração portuguesa para esse país. Por outro lado, essa imagem do Brasil como “árvore das patacas” foi recorrente em Portugal durante todo o século XX, como demonstram alguns trabalhos sobre a imigração brasileira em Portugal (Machado, 2003; Santos, 1996; Feldman-Bianco, 2001).

Notas

1. Alves (1998b), Araújo (1998), Capela e Ferreira (1998), Castro (1998), Catroga (2000), Costa (1998), Felgueiras (2000), Gonçalves (1998), Lages (1998), Leandro (1998), Leite (1998 e 2000), Maia (2000), Monteiro (1998, 2000 e 2000b), Paulo (1998), Peixoto (1998 e 2000), Pereira (2000 e 2000b), Rosa (1998), Sá (2000), Santos (1998 e 2000), Silva (2000), Silva (1998), Sousa (2000), Vaquinhas (1998).

2. Todas essas informações foram retiradas do livro de Alves (2000), e para todas as seguintes que aparecerem sem especificação, assumo-se que seguem esse princípio. Alencastro (1998) estipula, para o período de 1855 a 1865, um número de emigrantes 37,4% maior que o apresentado por Serrão e Godinho, que utilizam números de Rodrigo de Freitas (1867), fonte da qual Alves também se vale.

3. Leite (2000) avalia que cerca de 1,4 milhão de portugueses entrou no Brasil entre 1855 e 1945.

4. Sobre as políticas de imigração brasileira, ver Alencastro (1998), Seyferth (1998) e Ramos (1998).

5. Sobre os brasileiros ricos, ver Pereira (2000), Alves (1994), Costa (1998), Felgueiras (2000) e Maia (2000).

6. Ver também Monteiro (1998 e 2000).

7. “O comércio do Porto com o Brasil decaiu, pois, drasticamente no século XIX, num processo irreversível” (Alves, 1994: 53).

8. Em 1838, 21% dos sócios da associação eram brasileiros (Alves, 1994: 56).

9. Fica claro nessa afirmação o ponto de vista português: o desejável seria o aprofundamento de um fenômeno que tantos problemas causou à sociedade

brasileira: o monopólio do comércio a retalho (varejo) brasileiro.

10. Tratamos aqui dos torna-viagens de forma genérica, a partir do impacto que causaram na sociedade portuguesa do século XIX e começo do século XX. Há, contudo, diferenças entre os componentes dessa “população” que estão para além da quantidade de capital

acumulado, como, por exemplo, a região brasileira de onde retornam. Isso implica a formação de redes distintas na sociedade portuguesa.

11. Ver ainda Lages (2000) sobre a participação de brasileiros em confrarias religiosas em Famalicão.

12. Termo usado por Camilo Castelo Branco.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. 1986.

Le commerce des vivants: traite d’esclaves et “pax lusitana” dans l’Atlantique Sud. Paris (tese de doutorado).

———. 1988. “Escravos e proletários”.

Novos Estudos Cebrap, n. 21, julho. p. 30-57.

———. 1992. “Continuidade histórica do luso-brasileirismo”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 32, março. p. 77-85.

———. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo, Companhia das Letras.

ALVES, Jorge Fernandes. 1994.

Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto, Edição do Autor.

———. 1998a. “Os brasileiros da emigração no norte de Portugal”, em ——— (org.). *Os brasileiros da emigração.* Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

———. 1998b. “Razões locais para um debate”, em ——— (org.). *Os brasileiros da emigração.* Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

ALVES, Luis Alberto Marques. 2000.

“O brasileiro: ausência e presença no Portugal oitocentista”, em

PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens.* Lisboa, CNPCDP.

ARAÚJO, Agostinho. 2000. “Os milagres dos santos de casa”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens.* Lisboa, CNPCDP.

CABRAL, A. M. Pires (org.). 1985. *A emigração na literatura portuguesa: uma coletânea de textos.* Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração.

CAPELA, José Viriato & FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. 1998. “Saídas clandestinas do norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração.* Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

CASTRO, Aníbal Pinto de. 1998. “O ‘brasileiro’ na ficção camiliana”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração.* Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

- CASTRO, Ferreira. 1958. “A selva”, em *Obras Completas*, vol. 1. Rio de Janeiro, José Aguilar.
- CATROGA, Fernando. 2000. “A monumentalidade funerária como símbolo de distinção”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- COSTA, Antenor Sá da. 1998. “O museu Bernardino Machado e os brasileiros”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. 2001. “Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference”. *Identities Global Studies in Culture and Power*, vol. 8, n. 4. p. 607-650.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. 2000. “Os brasileiros e a instrução pública”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- GONÇALVES, Amadeu. “O luso-brasilismo de Nuno Simões na imprensa famalicence”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- LAGES, José Manuel. 1998. “Os emigrantes de Vila Nova de Famalicão: o seu papel na confraria de Nossa Senhora do Carmo”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- LAGES, Mário & POLICARPO, Verónica. 2002. “Análise preliminar de duas sondagens sobre os imigrantes em Portugal”. Lisboa, versão provisória. Disponível em: <http://www.acime.gov.pt>. Acesso em: 14/01/2003.
- LEANDRO, Maria Engrácia. 1998. “Da emigração à mobilidade social: o caso dos brasileiros em França”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- LEITE, Joaquim da Costa. 2000a. “A viagem”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- . 2000b. “Actividades económicas”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa & PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. 2000. “Os brasileiros empresários e investidores”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- MARGARIDO, Alfredo. 2000. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- MONTEIRO, Miguel. 1998. “O papel dos ‘brasileiros’ nas Vilas do Minho: o caso de Fafe”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- . 2000a. “Casas de brasileiros: o público e o privado”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.

- . 2000b. “Marcas arquitetônicas do brasileiro na paisagem do Minho”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- PAULO, Heloísa. 1998. “A oposição emigrada no Brasil (1930-1960)”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- PEIXOTO, Ana Silvia Albuquerque. 1998. “A casa do ‘brasileiro’”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- . 2000. “Os brasileiros e a Santa Casa da Misericórdia do Porto”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- PEREIRA, Maria Conceição Meireles. 2000a. “Os brasileiros notáveis e... os outros”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- . 2000b. “Entre Portugal e o Brasil: ficções e realidades”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2000. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP. 388 p.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. 1990. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense.
- . 1992. “Pés-de-chumbo e garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado (1822-1831)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 12, n. 23/24. p. 141-165.
- . 1994. “‘Ser português’ ou ‘ser brasileiro’?: algumas considerações sobre o primeiro reinado”. *Ler História*, n. 25. p. 27-57.
- . 1995. “‘Brasileiros, vamos a eles!’: identidade nacional e controle social no primeiro reinado”. *Ler História*, n. 27/28. p. 103-125.
- . 1997. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Campinas, Unicamp (tese de doutorado).
- . 2000. “A guerra dos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX”. *Oceanos*, n. 44, out./dez.
- ROSA, Elzira Machado. 1998. “Bernadino Machado: cientista, pedagogo e político (raízes minhotas e brasileiras)”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- ROWLAND, Robert. 2000. “Portugueses no Brasil independente: processos e representações”. *Oceanos*, n. 44, out./dez.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 2000. “Misericórdias, portugueses no Brasil e brasileiros”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- SANTOS, Eugênio. 1998. “A emigração nortenha para a região platina”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

- . 2000. “Os brasileiros de torna-viagens no noroeste de Portugal”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- SANTOS, Gustavo. 1996. *Sabiá em Portugal: a imaginação da nação na diáspora*. Campinas, Unicamp (monografia de conclusão de graduação).
- SERRÃO, Joel. 1982. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa, Livros Horizonte.
- SEYFERTH, G. 1998. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”, em MAIO, C. M. & SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB.
- SILVA, Francisco Ribeiro. 2000. “Brasil, brasileiros e irmandades/ordens terceiras”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- SILVA, Jorge Bastos da. 1998. “Uma alternativa africana à emigração para o Brasil”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. 1993. *Emigração/imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa, Fragmentos.
- SOUSA, Ivo Carneiro. 2000. “Da fundação das misericórdias aos brasileiros nas misericórdias portuguesas”, em PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa, CNPCDP.
- VAQUINHAS, Irene Maria. 1998. “Fora galego: um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX”, em ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- VIEIRA, Nelson H. 1991. *Brasil e Portugal: a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- (Recebido para publicação em janeiro e aprovado em junho de 2005)

Resumo

Neste artigo, pretendo expor algumas determinantes de campo que chamo de “representações cruzadas” entre Brasil e Portugal, a partir da figura do “torna-viagens”, o imigrante português que, no século XIX e começo do século XX, veio para o Brasil e após alguns anos retornou a Portugal.

Palavras-chave: migrações de retorno, preconceitos, relações Brasil/Portugal, emigração portuguesa, Porto.

Abstract

The paper’s aim is to discuss some relevant questions of what I call “cross-representations” between Brazil and Portugal. This discussion is based on the figure of the torna-viagens, the Portuguese immigrant that in the XIXth century and beginning of the XXth century came to Brazil and after some years returned to Portugal.

Key words: return migration, prejudice, Brazil/Portugal relations, portuguese migration, Oporto.

Résumé

L’article examine quelques aspects de ce que j’appelle “représentations croisées” entre le Brésil et le Portugal. La discussion se fait à partir du *torna-viagens*, l’immigrant portugais qui au XIXème et début du XXème siècle est parti au Brésil et après quelques années est rentré au Portugal.

Mots-clés: migrations de retour, préjugés, relations Brésil/Portugal, émigration portugaise, Porto.